



TSE

Simulado Final

TSE Unificado

Técnico Judiciário – Área Administrativa –

Agente da Polícia Judicial - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TSE (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Judiciária - Agente da Polícia Judicial do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1YNBozqhbChu5WyCA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/M8rK>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A Complexa Questão da Violência nas Grandes Cidades:
Desafios e Perspectivas

Texto GCHI

A violência nas grandes cidades é um problema que persiste e desafia as sociedades urbanas em todo o mundo. Trata-se de um fenômeno multifacetado e complexo que envolve uma série de fatores interconectados, tornando sua solução uma tarefa hercúlea. Nesse contexto, é essencial analisar as razões subjacentes à persistência da violência urbana e as dificuldades associadas à sua resolução.

Primeiramente, a urbanização crescente tem contribuído para a concentração de pessoas em áreas urbanas densamente povoadas. Esse processo, embora traga consigo muitos benefícios, também pode criar condições propícias para o aumento da violência. A competição por recursos, oportunidades limitadas de emprego, segregação socioeconômica e a formação de áreas marginalizadas são algumas das consequências da urbanização desordenada que alimentam a violência nas cidades.

Além disso, a presença de organizações criminosas é um fator significativo na perpetuação da violência urbana. Essas organizações muitas vezes exploram a vulnerabilidade de áreas carentes de recursos e exercem controle sobre territórios urbanos, perpetuando um ciclo de criminalidade difícil de quebrar. As estratégias para lidar com essas organizações variam em complexidade e requerem cooperação entre as autoridades policiais e judiciais.

Outro desafio é a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, como educação, saúde e habitação. A desigualdade social nas grandes cidades pode criar um ambiente propício ao desespero e à criminalidade, já que indivíduos em situações precárias podem se sentir excluídos e desamparados. Resolver a violência urbana envolve, portanto, investimentos em programas sociais

que promovam a inclusão e o bem-estar nas comunidades mais afetadas.

A corrupção dentro das instituições públicas também é um obstáculo à solução do problema da violência urbana. Quando a confiança nas autoridades é minada pela corrupção, as comunidades podem ser menos propensas a cooperar com a aplicação da lei, o que dificulta a prevenção e a resolução de crimes.

Em relação às soluções, é importante reconhecer que não existe uma abordagem única e universalmente eficaz para lidar com a violência nas grandes cidades. Em vez disso, é necessário um esforço multifacetado que combine políticas de segurança pública, investimentos em educação, criação de oportunidades de emprego, programas de reabilitação para infratores e uma abordagem holística que considere a raiz socioeconômica da violência.

Em conclusão, o problema da violência nas grandes cidades é um desafio complexo e persistente que afeta comunidades em todo o mundo. A urbanização desordenada, a presença de organizações criminosas, a desigualdade social, a corrupção e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade são alguns dos fatores que contribuem para esse fenômeno. No entanto, com abordagens abrangentes que envolvam a sociedade, o governo e as instituições, é possível enfrentar e reduzir a violência nas grandes cidades, promovendo um ambiente mais seguro e próspero para todos os seus habitantes.

- 01.** Conforme as informações presentes no texto, abordagens multifacetadas vêm reduzindo a violência e promovendo ambientes urbanos mais seguros.
- 02.** Segundo o texto, investimentos em programas sociais constituem uma forma de se mitigar a violência.
- 03.** No segmento 'Outro desafio é a falta de acesso a serviços públicos de qualidade.', se fosse inserido o acento de crase no 'a', após 'acesso', a correção gramatical seria prejudicada.

04. A expressão 'Trata-se de um fenômeno multifacetado e complexo', poderia ser reescrito da seguinte forma, mantendo a correção gramatical o sentido original do texto: 'A violência se trata de um fenômeno diversificado e difícil'.
05. No início do sexto parágrafo, a oração 'que não existe uma abordagem única e universalmente eficaz para lidar com a violência nas grandes cidades' exerce a função de sujeito na oração de que faz parte.
06. No terceiro período do primeiro parágrafo, o acento grave de crase é facultativo nas duas ocorrências.
07. No final do segundo parágrafo, a flexão de singular do verbo 'alimentam' (alimenta) manteria a correção gramatical e a coerência do texto.
08. No penúltimo período do quarto parágrafo, a expressão causal 'já que' poderia ser substituída por 'porquanto'.
09. No segundo parágrafo, a expressão 'tem contribuído' pode ser substituída corretamente por 'vem contribuindo', com manutenção do sentido original.
10. No último período do penúltimo parágrafo, a preposição 'para' indica finalidade.

Texto GCHJ

A Importância de Jovens Empreenderem

O empreendedorismo jovem tem se consolidado como uma força transformadora no cenário global. Em um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo, a capacidade de inovar e criar soluções para problemas

reais tornou-se uma habilidade fundamental. Quando os jovens empreendem, não apenas contribuem para o crescimento econômico, mas também impulsionam mudanças sociais significativas.

Primeiramente, o empreendedorismo jovem promove a autonomia e o protagonismo. Jovens que assumem o desafio de criar e gerir seus próprios negócios desenvolvem habilidades como liderança, gestão de recursos e resiliência. Além disso, a experiência de empreender desde cedo ensina a lidar com riscos e fracassos, habilidades indispensáveis para qualquer carreira ou projeto de vida.

Outro aspecto relevante é a contribuição para a geração de empregos e o fortalecimento da economia. Startups e pequenos negócios liderados por jovens têm o potencial de criar oportunidades de trabalho em comunidades locais, estimulando a economia regional e reduzindo índices de desemprego. Além disso, a criatividade característica dos jovens muitas vezes resulta em soluções disruptivas, que desafiam modelos de negócios tradicionais e promovem a modernização de diversos setores.

A sociedade também se beneficia do empreendedorismo juvenil. Muitos jovens estão à frente de iniciativas com forte impacto social e ambiental, abordando questões como sustentabilidade, inclusão e igualdade. Esses projetos não apenas geram lucro, mas também promovem melhorias tangíveis na qualidade de vida das pessoas e na preservação do meio ambiente.

Por fim, é fundamental ressaltar o papel das políticas públicas e do acesso à educação no fomento ao empreendedorismo jovem. Investir em capacitação, mentorias e acesso a crédito é essencial para que mais jovens se sintam encorajados e preparados para empreender. A criação de um ambiente favorável à inovação permite que eles desenvolvam plenamente seu potencial e colaborem para um futuro mais próspero e justo.

Assim, ao incentivar os jovens a empreender, estamos plantando as sementes de um mundo mais inovador, inclusivo e sustentável. Empreender não é apenas abrir um negócio, mas construir um legado de impacto positivo, algo que os jovens estão especialmente preparados para fazer.

11. A vírgula no segundo período do primeiro parágrafo é de uso facultativo.
12. Infere-se do texto que negócios liderados por jovens geram empregos, fortalecem a economia e trazem soluções inovadoras para diferentes setores, mas afastam os jovens do ambiente acadêmico.
13. No período 'Quando os jovens empreendem, não apenas contribuem para o crescimento econômico, mas também impulsionam mudanças sociais significativas', a expressão 'mas' apresenta ideia de oposição e pode ser substituída por '**porém**'.
14. No início do quarto parágrafo, se a partícula 'se' fosse deslocada para depois do verbo 'beneficia', seria provocada uma incorreção gramatical.
15. No segundo parágrafo, a expressão "**protagonismo**" é um substantivo abstrato que remete à ideia de **liderança e autonomia**.
16. No trecho "*Ao incentivar os jovens a empreender, estamos plantando as sementes de um mundo mais inovador, inclusivo e sustentável*", o período é iniciado por uma oração condicional.
17. No quinto parágrafo, a expressão 'é essencial' poderia ser reescrita 'são essenciais', mantendo-se a correção e a coerência do texto, visto que passaria a concordar com o sujeito composto anteriormente expresso.
18. No último período do texto, o termo 'legado' poderia ser substituído por 'presente', mantendo-se o sentido original do texto em questão.

19. No segundo período do segundo parágrafo, poderia ser inserida corretamente uma vírgula após 'negócios'.

20. No último período do segundo parágrafo, o verbo 'lidar' poderia ser substituído corretamente por 'enfrentar'.

Texto GCHM

Manhã Crepuscular

André Ferrer

Carlos acordou com uma sensação de urgência, um leve aperto no peito. A segunda-feira tinha sido corrida e a terça prometia, desde cedo, uma questão importante a ser resolvida. Seu chefe, um homem que prezava por detalhes e elegância, se casaria no sábado e todos os funcionários estavam convidados. Carlos, no entanto, não tinha um terno à altura para a ocasião.

Enquanto tomava o café, lembrou-se do velho terno que estava no fundo do armário. Pegou-o, analisando o tecido desbotado e os cotovelos puídos. Aquilo não servia. Sentiu a ansiedade tomar conta. Faltavam quatro dias de uma semana infernal. Uma jornada sem rumo pelo no mundo das lojas e dos alfaiates estava fora de cogitação.

Sob pressão, uma ideia estourou. Carlos apanhou o celular, abriu o aplicativo de inteligência artificial e fez algo estranho, que somente o desespero justificava. Usava aquilo, com alguma frequência, para perguntas triviais, mas nunca para algo tão físico e premente. Com uma mistura de curiosidade e esperança, ele forneceu os dados necessários e concluiu assim a digitação: "Qual é o corte perfeito para um terno moderno?" A resposta começou a ser elaborada pela máquina e Carlos ficou ainda mais ansioso. Esperava que ela indicasse algo interessante de acordo com as medidas e preferências fornecidas.

Com os olhos arregalados, Carlos aguardou o processo. A máquina costumava ser rápida, mas aquilo pareceu uma eternidade. Talvez, vestir um humano fosse mais complexo do que informar sobre o tempo de gestação do pipargo-gigante ou acerca do idioma falado em Nauru. Sim. Ele precisava de um terno novo e

bastante adequado. Tinha quatro dias para providenciar e qualquer ajuda era bem-vinda. Encontraria, certamente, o traje perfeito.

Olhou para a tela. A pequena ampulheta rodou mais um pouco e, finalmente, o processo chegou ao fim. O consulente notou que a máquina escrevia uma, duas, três, quatro, cinco palavras. Só isso?, pensou Carlos. Então, o homem leu o seguinte no monitor: “A singularidade* está próxima”.

21. Segundo o texto, O personagem fornece suas medidas e preferências à IA, sem esperanças de receber boas sugestões sobre o corte ideal para um terno moderno.
22. Conforme o texto, Carlos se depara com a resposta inesperada, que não resolve seu problema imediato, mas traz um elemento intrigante à narrativa.
23. No primeiro período do texto, a expressão "um leve aperto no peito", após a vírgula, explica e complementa a sensação de urgência mencionada antes.
24. No primeiro parágrafo, a expressão ‘se casaria’ poderia ser reescrita, com manutenção da correção, da seguinte forma: casar-se-ia.
25. No segundo parágrafo, o conectivo ‘Enquanto’ introduz uma oração que apresenta valor de proporcionalidade.
26. No penúltimo parágrafo, o termo ‘aquilo’ se refere ao tempo de espera pela resposta da inteligência artificial.
27. No quarto parágrafo, seria correto e manteria a coerência do texto substituir ‘bastante adequado’ por ‘adequado o bastante’.

28. No quarto parágrafo, para que o texto passasse a um padrão mais formal, o termo ‘Tinha’ deveria ser substituído por ‘Havia’.

29. A expressão ‘o processo chegou ao fim’ poderia ser reescrita, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **O processo foi concluído.**

30. No período ‘O consulente notou que a máquina escrevia uma, duas, três, quatro, cinco palavras.’, o termo ‘que’ introduz oração que exerce a função de complemento direto do verbo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca do regime constitucional e das disposições doutrinárias dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

31. Caso um servidor do Poder Judiciário da União seja eleito deputado, em seu estado natal, não será possível optar pela remuneração mais vantajosa nem acumular as atribuições do cargo efetivo com o mandato eletivo, ainda que haja compatibilidade de horários.
32. O particular convocado para atuar como mesário eleitoral não pode ser considerado agente público, mas apenas particular que colabora com o Estado, diante da ausência de vínculo formal com a administração pública.

Julgue os itens a seguir sobre as empresas estatais e o controle da administração pública.

33. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por sua natureza, não podem gozar dos mesmos privilégios tributários e processuais das autarquias, como a imunidade tributária recíproca, ainda que atuem na prestação de serviços públicos em caráter não concorrencial.

34. O Tribunal de Contas da União exerce controle externo, possuindo competência para assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em atos ou contratos administrativos.

A Secretaria de Saúde de um estado pretende alienar um imóvel que não é mais utilizado e, para isso, identificou que o melhor caminho seria realizar a alienação como pagamento de uma dívida existente com uma construtora contratada para reforma de um hospital. A construtora aceitou receber o imóvel como quitação parcial do débito.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Lei nº 14.133/21, julgue o item a seguir.

35. Nesse caso, a alienação do imóvel pela administração para a quitação da dívida com a construtora configura hipótese de licitação dispensada.

Sobre os poderes administrativos, a responsabilidade civil do Estado e o regime jurídico dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

36. É possível a delegação do exercício do poder de polícia às entidades administrativas de direito público, em todas as suas fases, mas no caso das entidades administrativas com personalidade de

direito privado a delegação é absolutamente vedada.

37. Em regra, o Estado não responde civilmente por atos jurisdicionais, mas haverá responsabilidade civil estatal se um particular for condenado penalmente por erro judiciário.

38. Um analista judiciário que exerce cargo privativo de profissionais de direito poderá acumular o exercício de suas atribuições com outro cargo ou emprego público, desde que o novo cargo se trate de cargo técnico ou científico.

39. A demissão de empregados públicos concursados, em empresas estatais que exploram atividade econômica em regime de concorrência, depende de motivação, mas dispensa a instauração de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

Uma prefeitura deseja realizar uma licitação para contratar serviços de limpeza urbana. O edital foi publicado, e a sessão para a abertura das propostas foi marcada para o próximo mês. Durante o período de análise, uma empresa interessada alegou que não teve acesso às propostas apresentadas por outros licitantes e questionou se haveria alguma irregularidade no procedimento. Ademais, o gestor responsável, preocupado em evitar ofertas excessivamente altas, decidiu manter o orçamento estimado da contratação em sigilo até o encerramento do processo licitatório.

Acerca das licitações públicas, com base no caso hipotético e na Lei nº 14.133/21, julgue os itens a seguir.

40. O sigilo das propostas antes da abertura oficial é uma exigência prevista na Lei de Licitações, garantindo igualdade de condições entre os participantes.

41. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável deveria constar do edital da licitação.

42. O sigilo do orçamento estimado é uma faculdade da administração pública, sendo possível mantê-lo em sigilo, durante a licitação, se considerado necessário pela autoridade competente.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

43. A desconcentração administrativa ocorre quando há a distribuição de competências entre diversas pessoas jurídicas, sendo caracterizada pela ausência de hierarquia e pela existência de vinculação para o controle finalístico.

44. O controle da administração pública direta sobre a indireta, também denominado supervisão ministerial, é realizado para garantir o cumprimento dos objetivos institucionais das entidades descentralizadas, sendo exercido por meio de hierarquia funcional.

45. A descentralização administrativa por colaboração ocorre quando a administração pública transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público a entidades privadas, mediante lei.

46. O controle judicial de mérito somente é possível quando houver violação aos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade.

47. Os atos administrativos são exclusivos do Poder Executivo, uma vez que apenas este exerce funções administrativas de forma típica e abrangente.

48. O silêncio administrativo é considerado, pela doutrina majoritária, como um ato administrativo propriamente dito, uma vez que pode constituir manifestação de vontade do Estado.

49. O atributo da imperatividade está presente em todos os atos administrativos.

50. O pagamento de servidores de carreira poderá ocorrer mediante subsídio, fixado em parcela única, vedando-se, nesse caso, o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Alexandre Herculano

Julgue os itens abaixo levando em consideração as técnicas e táticas sobre a Segurança de Dignitários.

51. Na segurança de dignitários, a técnica de "formação em diamante" é considerada obsoleta e raramente utilizada em operações modernas.

52. Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método CARVER é aplicável apenas para avaliação de ameaças físicas, não sendo adequado para ameaças cibernéticas.

53. O princípio do "círculo de segurança" na proteção de dignitários estabelece que quanto mais próximo do protegido, maior deve ser o nível de confiança e menor o número de pessoas autorizadas.
54. Na análise de riscos para segurança de dignitários, a avaliação de "danos" e "perdas" são conceitos idênticos e, portanto, redundantes no processo de diagnóstico.
55. O modus operandi na segurança de dignitários deve ser rigidamente padronizado e invariável para garantir consistência nas operações de proteção.
56. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, a fase de "manejo de emergência" é exclusivamente reativa e não inclui medidas preventivas.
57. Na aplicação de métodos de análise de riscos para segurança de dignitários, a Matriz de Probabilidade e Impacto é considerada obsoleta e foi completamente substituída por modelos quantitativos mais sofisticados.
58. Na análise de ameaças para segurança de dignitários, o conceito de "ameaça assimétrica" refere-se exclusivamente a ataques terroristas de grande escala.
59. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, o princípio da "redundância" é considerado ineficiente e deve ser evitado para otimizar recursos.
60. Na segurança de dignitários, a técnica de "evacuação reversa" refere-se exclusivamente à retirada do dignitário de um local seguro para uma área de maior risco em situações de emergência.
61. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, o conceito de "redundância cíclica" refere-se à rotação periódica de toda a equipe de segurança para evitar complacência.
62. Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método de "Árvore de Falhas" é aplicável apenas para avaliar falhas em sistemas tecnológicos de segurança.
- Com base no planejamento de segurança e na segurança corporativa estratégica, julgue os itens.**
63. No planejamento de segurança, o princípio da modularidade implica que cada módulo do plano deve ser completamente independente dos demais, sem qualquer interligação.
64. O faseamento no planejamento de segurança sempre segue uma ordem cronológica rígida, sem possibilidade de sobreposição ou execução simultânea de fases.
65. Na segurança corporativa estratégica, a gestão das áreas e instalações deve priorizar exclusivamente medidas de segurança física, desconsiderando aspectos de segurança lógica e procedimentos operacionais.
66. Sensores de movimento e sistemas de alarme são equipamentos eletrônicos de segurança que podem ser eficazmente utilizados de forma isolada, sem necessidade de integração com outros sistemas de segurança.
67. O Circuito Fechado de Televisão (CFTV) é uma ferramenta de segurança puramente reativa, útil apenas para investigações pós-incidente, sem capacidade de prevenção ou detecção em tempo real.

68. Sensores de movimento infravermelhos são ineficazes em ambientes com grandes variações de temperatura.

69. O conceito de planejamento de segurança implica necessariamente em um processo linear, onde cada etapa deve ser concluída antes do início da próxima, sem possibilidade de revisões ou ajustes durante a implementação.

70. Na metodologia de planejamento de segurança, a análise de riscos é uma etapa opcional que pode ser omitida se a organização já tiver um histórico de incidentes de segurança bem documentado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

71. Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

O condenado por crime de abuso de autoridade será obrigado a indenizar o dano causado, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo da indenização.

72. Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A citada lei prevê como penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade a limitação de fim de semana, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 mês a 12 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens

Acerca dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

73. Entre as medidas despenalizadoras previstas na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes de menor potencial ofensivo, encontram-se a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

74. Se o agente praticar um crime de menor potencial ofensivo em conexão com um crime comum, cada um dos delitos deverá ser julgado separadamente, sendo o primeiro encaminhado ao juizado especial, e o segundo, à vara criminal.

75. Com relação aos direitos da pessoa idosa, julgue o item que se segue.

Caberá ao poder público, no âmbito da assistência social, prover o sustento da pessoa idosa, caso esta ou os seus familiares não tenham condições de fazê-lo.

76. No que se refere aos direitos assegurados às pessoas idosas, julgue o item seguinte, tendo como referência o Estatuto da Pessoa Idosa.

Maria, com 75 anos de idade, e Joana, com 85 anos de idade, têm consulta médica agendada para atendimento às 8 horas da manhã de certo dia, com a mesma equipe de saúde do idoso. Nessa situação, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, Joana tem prioridade no atendimento.

77. No que se refere a atendimento de saúde, os maiores de 80 anos de idade terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

78. No que diz respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente e da pessoa idosa estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item que se segue.

Para que a pessoa maior de 65 anos de idade faça uso da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, ela deve apenas apresentar qualquer documento válido que comprove a sua idade.

79. Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsequente, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

Condutas homofóbicas e transfóbicas podem configurar crimes abrangidos pela referida lei.

80. À luz da Lei n.º 10.826/2003, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, julgue o item a seguir.

Na tipificação do crime de omissão de cautela, a arma de fogo é o único objeto material previsto pela Lei n.º 10.826/2003.

81. À luz da Lei n.º 10.826/2003, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, julgue o item a seguir.

O crime de porte irregular de arma de fogo, na modalidade transportar, inadmite participação.

82. À luz da Lei n.º 5553/1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, julgue o item a seguir.

Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR\$ 0,50 (cinquenta centavos) a NCR\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

83. À luz da Lei n.º 10048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, julgue o item a seguir.

As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário,

84. À luz da Lei n.º 10048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, julgue o item a seguir.

O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.

85. À luz da Resolução Conjunta N° 4, de 28 de fevereiro de 2014, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os arts. 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei n° 10.826 de 22 de dezembro de 2003, com as alterações promovidas pela Lei n° 12.694, de 24 de julho de 2012, julgue o item a seguir.

É expressamente proibida a utilização e o porte de arma institucional fora dos limites territoriais de atuação da respectiva Instituição, ressalvadas as situações previamente autorizadas

**SEGURANÇA JUDICIÁRIA:
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E LEI
REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Géssica Ehle

Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa julgue os itens a seguir.

- 86.** Pessoas que têm idade igual ou superior à 65 (sessenta e cinco) anos, têm assegurada sua prioridade especial perante às demais pessoas idosas, inclusive em situações como a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- 87.** Toda pessoa idosa tem direito personalíssimo ao envelhecimento, cabendo ao Estado sua proteção, definida, a mesma, como um direito social.
- 88.** João, Aline e Ana são filhos de Josefina. Em meados de outubro esta completou 60 (sessenta) anos. Observadas as formalidades legais, Josefina poderá requerer prestação de alimentos de qualquer um de seus filhos.
- 89.** Veículos de transporte coletivo que estivessem em curso quando da aprovação da Lei n. 10.048/00 tiveram o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para receberem as adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.
- 90.** As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos, deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações.

NOÇÕES DE DIREITO HUMANOS

Lilian Novakoski

Em relação aos direitos humanos e sua evolução histórica, julgue o item subsequente.

- 91.** A primeira fase de internacionalização da proteção dos direitos humanos foi marcada por três tendências, dentre elas o direito humanitário e surgimento da Cruz Vermelha.
- 92.** Os direitos humanos são universais e pertencem a todos os seres humanos, independentemente de qualquer distinção.
- 93.** O jusnaturalismo é uma fundamentação filosófica que defende a existência de direitos vinculantes anteriores ao sistema normativo estatal.
- 94.** Os direitos humanos de segunda dimensão estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, visando atenuar as diferenças sociais.
- 95.** Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.
- Acerca dos direitos humanos, julgue o item a seguir, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).**
- 96.** Os tratados internacionais que versem sobre direitos humanos são equivalentes à Constituição Federal, estando inserido no ordenamento jurídico automaticamente, quando aprovado pelo Congresso Nacional, possuindo status supraconstitucional.

97. A CF contém previsão do princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

98. É possível que dois direitos fundamentais incidam, de maneira conflitante, sobre um mesmo fato; nesse caso, a resolução por meio da ponderação, restringindo com menor sacrifício um dos direitos em detrimento do outro, é uma possibilidade de resolver conflito de direitos.

A respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos, julgue:

99. O PNDH-3, no âmbito dos direitos humanos, foi marcado por inovar a discussão acerca da luta por democracia e participação social, temática inexistente nos documentos anteriores e reforçou a necessidade de se garantir uma administração eficaz da política de direitos humanos no Brasil.

100. É prevista como objetivo estratégico do PNDH-3 a garantia do trabalho decente, adequadamente remunerado, exercido em condições de equidade e segurança.

Julgue as assertivas com base no Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos):

101. A proteção a direitos humanos contida na CADH é superior à oferecida pelas normas internas, devendo sempre ser aplicada de forma primária no âmbito dos Estados.

102. Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, não será

considerado trabalho forçado ou obrigatório os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente. Tais trabalhos ou serviços devem ser executados sob a vigilância e controle das autoridades públicas, e os indivíduos que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.

103. A CADH prevê de forma expressa que os direitos políticos são passíveis de suspensão em caso de guerra, perigo público ou outra emergência que ameace a independência ou a segurança.

104. A previsão na CADH que a pena não pode passar da pessoa do delinquente em razão do direito à liberdade pessoal.

105. A tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes são absolutamente proibidos.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

106. No que tange à lei penal no tempo, julgue o item a seguir.

A autorrevogação de uma lei temporária, em razão da expiração do seu prazo de vigência, não impede a punição daquele que praticou a conduta criminosa durante a vigência da referida lei, dado o fenômeno da ultratividade.

107. Sobre a consumação e a tentativa, julgue o item a seguir:

Considera-se o crime tentado quando, uma vez iniciada a execução, não se consuma o delito por circunstâncias alheias à vontade do infrator, de forma que o agente sempre será punido com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

108. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Nos crimes patrimoniais, quando cometidos contra as instituições financeiras e os prestadores de serviço de segurança privada, as penas serão aumentadas de 1/3 (um terço) até o dobro.

109. Sobre a teoria do delito, julgue o item a seguir:

A prática de determinada conduta sob coação moral irresistível configura causa de exclusão do fato típico, ante a ausência de conduta penalmente relevante, dada a involuntariedade do movimento corporal, conforme o conceito finalístico de ação.

110. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

O crime de resistência não se caracteriza se a oposição à execução do ato legal se dá de forma passiva, sem emprego de violência ou ameaça.

111. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Dado que os agentes públicos em geral estão mais expostos ao escrutínio e à crítica dos cidadãos, deles se exige maior tolerância à reprovação e à insatisfação, razão pela qual não foi recepcionada pela Constituição de 1988 a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, conforme entendimento mais recente do STF.

112. Acerca da culpabilidade, julgue o item a seguir:

Na hipótese de erro de proibição, se evitável, haverá isenção de pena, diante da exclusão da culpabilidade pela ausência de potencial consciência da ilicitude do fato.

113. Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

A adulteração de título de eleitor configura o crime de falsidade ideológica, com pena aumentada de sexta parte se o crime é cometido por funcionário público, prevalecendo-se do cargo.

114. Acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir:

Conforme jurisprudência do STJ, a consumação do crime de contratação direta ilegal (art. 337-E do CP) dispensa a demonstração do dolo específico de causar dano ao erário.

115. Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir:

No crime de invasão de dispositivo informático, aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

116. Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:

A inobservância do prazo previsto em lei para conclusão do inquérito policial com indiciado preso não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a avaliar os motivos que a ensejaram.

117. Acerca do tema de provas, julgue o item a seguir:

Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

118. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

Nos termos do que dispõe o CPP, o agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua coleta.

119. Acerca da prisão em flagrante, julgue o item a seguir:

Apresentado o preso à autoridade policial, ouvirá esta primeiramente o condutor, colhendo desde logo, sua assinatura, e entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Somente após se procederá à oitiva das eventuais testemunhas, bem como ao interrogatório do preso.

120. Acerca da prisão e da liberdade provisória, julgue o item seguinte:

É cabível a prisão preventiva ao agente indiciado pelo crime de golpe de Estado (Art. 359-M do CP – Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência), sendo obrigatória a substituição por prisão domiciliar se se tratar de agente maior de 70 anos.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
